

ANP fiscaliza 20 estados e encontra problemas em postos

Operação verificou qualidade dos combustíveis, bombas, documentos e práticas comerciais

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou os resultados das ações de fiscalização realizadas entre os dias 6 e 10 de abril de 2026 em 20 unidades da Federação. As operações tiveram como foco o combate a irregularidades no mercado de combustíveis, com destaque para práticas de preços abusivos, qualidade dos produtos, conformidade de equipamentos e documentação obrigatória dos agentes econômicos. As fiscalizações ocorreram em parceria com órgãos como Procons estaduais e municipais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e institutos de pesos e medidas.

Norte

No Acre, dez postos de combustíveis foram fiscalizados em Rio Branco, resultando na lavratura de dois autos de infração. No Amazonas, a atuação ocorreu em Manaus, com fiscalização de duas distribuidoras de GLP em conjunto com o Procon estadual e a Polícia Federal,

sem registro de irregularidades. No Pará, seis postos e três revendas de GLP foram fiscalizados em Santarém, com um auto de infração. Em Roraima, cinco postos e uma distribuidora foram fiscalizados em Boa Vista, com um auto de infração e uma interdição.

Nordeste

Na Bahia, as ações ocorreram em cinco postos e uma distribuidora de GLP nas cidades de Feira de Santana e São Francisco do Conde, com dois autos de infração e um de interdição. No Ceará, foram fiscalizados sete postos, duas distribuidoras de combustíveis, três distribuidoras e uma revenda de GLP em Fortaleza, com seis autos de infração. No Maranhão, cinco postos, seis distribuidoras e duas estações de distribuição de gás foram fiscalizados em cidades como São Luís e São José de Ribamar, sem infrações registradas. Em Pernambuco, ações em nove postos, sete distribuidoras e seis revendas de GLP em cidades



Iniciativa integra a força-tarefa nacional para monitoramento e fiscalização de combustíveis

como Recife e Jaboatão dos Guararapes resultaram em cinco autos de infração e três interdições. No Rio Grande do Norte, a fiscalização ocorreu em dois postos, duas distribuidoras de GLP e 12 distribuidoras de combustíveis, sem irregularidades registradas.

Centro-oeste

No Distrito Federal, duas distribuidoras de GLP foram inspecionadas em Brasília, sem irregularidades. Em Goiás, dois postos foram vistoriados em Goiânia, também sem irregularidades. No Mato Grosso do Sul, dez postos, um Transportados Revendedor Retalhista (TRR) e duas distribuidoras foram fiscalizados em Campo Grande e região, com um auto de infração. No Mato Grosso, 20 postos e três revendas de GLP foram inspecionados em municípios como Sinop e Rondonópolis, com três autos de infração e coleta de amostras de combustíveis.

Sudeste

No Espírito Santo, 19 postos foram fiscalizados em diversos municípios, como Vitória, Vila Velha e Serra, sem registros de infrações. Em Minas Gerais, 14 postos e três distribuidoras de GLP passaram por fiscalização em cidades como Uberlândia e Betim, com um auto de infração e coleta de amostras. No Rio de Janeiro, 22 postos, três distribuidoras e duas revendas de GLP foram fiscalizados em diversos municípios, com dois autos de infração e duas interdições. Em São Paulo, 32 postos, quatro revendas e quatro distribuidoras foram fiscalizados na capital e em municípios como Guarulhos, Santos e São Bernardo do Campo, com oito autos de infração, três interdições e coleta de amostras.

Sul

No Paraná, 19 postos, três revendas e quatro distribuidoras foram vistoriados em cidades como Curitiba e Londrina, sem irregularidades registradas. No Rio Grande

do Sul, 24 postos, uma distribuidora de GLP, duas revendas e uma base TRR foram fiscalizados em cidades como Porto Alegre e Caxias do Sul, com dez autos de infração e uma interdição. Em Santa Catarina, sete postos, uma distribuidora de GLP e duas revendas foram vistoriados em Florianópolis, Itajaí e região, com dois autos de infração.

Segundo a ANP, as ações são planejadas com base em informações de inteligência, denúncias de consumidores e dados do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC). A Agência destaca que o objetivo "é coibir irregularidades, garantir a qualidade dos combustíveis e proteger o consumidor em todo o país".

Os estabelecimentos autuados estão sujeitos a multas que variam de R\$ 5 mil a R\$ 5 milhões, além de possíveis sanções como suspensão ou revogação da autorização de funcionamento. As penalidades são aplicadas após processo administrativo, com direito à ampla defesa.

Receita Federal aponta alta de R\$ 237,2 bilhões na carga tributária do país em 2025

A Receita Federal do Brasil divulgou que a carga tributária da União aumentou R\$ 237,2 bilhões em 2025, impulsionada pelo crescimento da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O resultado é um novo recorde histórico e reforça a tendência de expansão das receitas federais no país.

O desempenho foi influenciado por mudanças em regras tributárias ao longo do ano e pelo avanço da atividade econômica, que ampliou a base de incidência de tributos. O IOF ganhou destaque após ajustes em alíquotas e maior volume de operações de crédito e câmbio, enquanto o IRRF avançou com a expansão da massa salarial, dos lucros e dos rendimentos de aplicações financeiras.

Com isso, a arrecadação federal atingiu o melhor nível da série histórica iniciada em 1995, consolidando a União como principal responsável pelo aumento da carga tributária no período. A elevação ocorre em meio aos esforços do governo para reforçar a caixa e cumprir metas fiscais, em um cenário de busca por maior equilíbrio das contas públicas.

Por que saber isso?

Carga tributária é o total de impostos, taxas e contribuições arrecadados pelo governo em relação à riqueza gerada pelo país, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB). O indicador mostra qual parcela de tudo o que a economia produz é destinada ao pagamento de tributos, sendo uma das principais referências para avaliar o peso dos



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Carga tributária no país em 2025 foi de R\$3,5 tri (32,4% do PIB)

impostos na vida dos brasileiros.

O advogado tributarista Ricardo Maito, explica que a tributação brasileira tem incidência sobre o consumo em detrimento da tributação da propriedade e da renda.

"Esses dados revelam um sistema tributário bastante regressivo, porque tributa fortemente o consumo e, por via de consequência, repercute mais fortemente no custo das famílias de baixa e média renda" - diz.

Entenda

Em 2025, a carga tributária total do Brasil ficou em cerca de R\$ 3,5 trilhões a R\$ 3,7 trilhões, o que corresponde a aproximadamente 32% a 34% do PIB. Esse valor representa tudo o que União, estados e municípios arrecadaram em impostos, taxas e contribuições. Já as despesas do governo geral (incluindo União, estados e municípios) ficaram em um patamar superior, estimado entre R\$ 4,5 trilhões e R\$ 5 trilhões, considerando gastos com Previdência, salários, saúde, educação, benefícios sociais e outras obrigações. Mesmo com a arrecadação elevada, o volume de despesas foi maior, o que fez com que as contas públicas fechassem no vermelho. Esse desequilíbrio caracteriza o déficit fiscal, obrigando o governo a recorrer ao endividamento para pagar a dívida.